

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1S16

foi de R\$ 5.259 milhões, comparada à receita de R\$ 7.509 milhões do 1T16. O Resultado Bruto de Intermediação Financeira da Companhia foi R\$ 5.259 mil no 2T16, comparado ao resultado de R\$ 7.509 milhões no trimestre anterior. O Resultado Operacional ficou negativo em R\$ 5.498 milhões no 2T16, comparado ao resultado de R\$ 3.378 milhões no 1T16. A Companhia apresentou, no 2T16, um resultado negativo líquido de R\$ 3.378 milhões, comparável ao resultado negativo líquido de R\$ 2.334 milhões no 1T16.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras da Companhia passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Companhia não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa neste trimestre. A política adotada atende aos princípios

que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 01 de agosto de 2016.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$), exceto o prejuízo líquido por ação			
	Nota explicativa	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015
Receitas de intermediação financeira		12.768	67.997
Operações de arrendamento mercantil	5e	12.768	67.997
Despesas da intermediação financeira		(15.417)	(66.415)
Operações de captação no mercado	10b	(3.871)	(3.594)
Operações de arrendamento mercantil	5e	(11.193)	(61.908)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5c	(348)	(913)
Resultado bruto da intermediação financeira		(2.649)	1.582
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.060)	(8.022)
Receitas de prestação de serviços	8	57	63
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	(157)
Despesas de pessoal	14	(1.923)	(2.001)
Outras despesas administrativas	15	(2.394)	(2.893)
Despesas tributárias	16	(53)	(255)
Outras receitas operacionais	17a	721	415
Outras despesas operacionais	17b	(3.014)	(3.164)
Resultado operacional		(9.255)	(6.440)
Resultado não operacional		(147)	218
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações		(9.402)	(6.222)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	21a	3.690	2.397
Provisão para imposto de renda e contribuição social		2.189	5.166
Ativo fiscal diferido		1.501	(2.769)
(Prejuízo) líquido		(5.712)	(3.825)
Prejuízo líquido por ação - em R\$		(519,27)	(347,73)
(Representado por 11.000 ações em 31/03/2016 e 31/03/2015)			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	141.521	(73.618)	67.903
Prejuízo líquido do período (Nota 13a)	-	(3.825)	(3.825)
Saldos em 30 de junho de 2015	141.521	(77.443)	64.078
Saldos em 31 de dezembro de 2015	141.521	(79.074)	62.447
Prejuízo líquido do período (Nota 13a)	-	(5.712)	(5.712)
Saldos em 30 de junho de 2016	141.521	(84.786)	56.735
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$)			
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo líquido	(5.712)	(3.825)	
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	2.443	7.565	
Constituição/(reversão) de provisão para contingências	2.939	1.325	
Equivalência patrimonial	-	157	
Insuficiência de depreciação	8.755	54.343	
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	349	913	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.501)	(2.769)	
Lucro na alienação de bens arrendados	(9.081)	(51.591)	
(Reversão) para desvalorização de bens não de uso próprio	(160)	39	
Lucro/(prejuízo) na venda de bens não de uso próprio	307	(257)	
Resultado líquido ajustado	(1.662)	11.348	
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) em operações de arrendamento mercantil	(1.140)	(3.008)	
Redução em outros créditos	2.257	2.753	
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(5.324)	558	
Aumento/(redução) em depósitos interfinanceiros	9.957	(9.989)	
(Redução) em outras obrigações	(19.178)	(64.783)	
Caixa líquido (usado) nas atividades operacionais	(15.330)	(63.031)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Alienação de bens não de uso próprio	307	(214)	
Alienação de imóvel de arrendamento	15.230	63.111	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	15.537	62.897	
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(93)	(134)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	147	348	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	54	214	
Informações complementares sobre o fluxo de caixa			
Juros pagos	(612)	(822)	
Juros recebidos	2.470	9.558	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$)			
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	
Receitas	10.337	64.587	
Intermediação financeira	12.768	67.997	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(348)	(913)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.383)	(2.497)	
Despesas de intermediação financeira	(12.626)	(57.937)	
Insumos adquiridos de terceiros	(2.285)	(2.808)	
Serviços de terceiros	(872)	(801)	
Comissões pagas a correspondentes bancários	(71)	(593)	
Outros	(1.242)	(1.414)	
Valor adicionado bruto	(4.874)	3.842	
Depreciações e amortizações	(2.443)	(7.565)	
Depreciação	(2.443)	(7.565)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(7.317)	(3.723)	
Valor adicionado recebido em transferência	-	(157)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(157)	
Valor adicionado total a distribuir	(7.317)	(3.880)	
Pessoal	1.574	1.649	
Remuneração direta	1.551	1.560	
Benefícios	16	70	
FGTS	7	19	
Impostos, taxas e contribuições	(3.254)	(1.784)	
Federal	(3.306)	(2.030)	
Municipal	52	246	
Remuneração de capitais de terceiros	75	80	
Aluguéis	75	80	
Remuneração de capitais próprios	(5.712)	(3.825)	
Prejuízo líquido	(5.712)	(3.825)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$)			
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	
Receitas	10.337	64.587	
Intermediação financeira	12.768	67.997	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(348)	(913)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.383)	(2.497)	
Despesas de intermediação financeira	(12.626)	(57.937)	
Insumos adquiridos de terceiros	(2.285)	(2.808)	
Serviços de terceiros	(872)	(801)	
Comissões pagas a correspondentes bancários	(71)	(593)	
Outros	(1.242)	(1.414)	
Valor adicionado bruto	(4.874)	3.842	
Depreciações e amortizações	(2.443)	(7.565)	
Depreciação	(2.443)	(7.565)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(7.317)	(3.723)	
Valor adicionado recebido em transferência	-	(157)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(157)	
Valor adicionado total a distribuir	(7.317)	(3.880)	
Pessoal	1.574	1.649	
Remuneração direta	1.551	1.560	
Benefícios	16	70	
FGTS	7	19	
Impostos, taxas e contribuições	(3.254)	(1.784)	
Federal	(3.306)	(2.030)	
Municipal	52	246	
Remuneração de capitais de terceiros	75	80	
Aluguéis	75	80	
Remuneração de capitais próprios	(5.712)	(3.825)	
Prejuízo líquido	(5.712)	(3.825)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$)			
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	
Receitas	10.337	64.587	
Intermediação financeira	12.768	67.997	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(348)	(913)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.383)	(2.497)	
Despesas de intermediação financeira	(12.626)	(57.937)	
Insumos adquiridos de terceiros	(2.285)	(2.808)	
Serviços de terceiros	(872)	(801)	
Comissões pagas a correspondentes bancários	(71)	(593)	
Outros	(1.242)	(1.414)	
Valor adicionado bruto	(4.874)	3.842	
Depreciações e amortizações	(2.443)	(7.565)	
Depreciação	(2.443)	(7.565)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(7.317)	(3.723)	
Valor adicionado recebido em transferência	-	(157)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(157)	
Valor adicionado total a distribuir	(7.317)	(3.880)	
Pessoal	1.574	1.649	
Remuneração direta	1.551	1.560	
Benefícios	16	70	
FGTS	7	19	
Impostos, taxas e contribuições	(3.254)	(1.784)	
Federal	(3.306)	(2.030)	
Municipal	52	246	
Remuneração de capitais de terceiros	75	80	
Aluguéis	75	80	
Remuneração de capitais próprios	(5.712)	(3.825)	
Prejuízo líquido	(5.712)	(3.825)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$)			
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	
Receitas	10.337	64.587	
Intermediação financeira	12.768	67.997	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(348)	(913)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.383)	(2.497)	
Despesas de intermediação financeira	(12.626)	(57.937)	
Insumos adquiridos de terceiros	(2.285)	(2.808)	
Serviços de terceiros	(872)	(801)	
Comissões pagas a correspondentes bancários	(71)	(593)	
Outros	(1.242)	(1.414)	
Valor adicionado bruto	(4.874)	3.842	
Depreciações e amortizações	(2.443)	(7.565)	
Depreciação	(2.443)	(7.565)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(7.317)	(3.723)	
Valor adicionado recebido em transferência	-	(157)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(157)	
Valor adicionado total a distribuir	(7.317)	(3.880)	
Pessoal	1.574	1.649	
Remuneração direta	1.551	1.560	
Benefícios	16	70	
FGTS	7	19	
Impostos, taxas e contribuições	(3.254)	(1.784)	
Federal	(3.306)	(2.030)	
Municipal	52	246	
Remuneração de capitais de terceiros	75	80	
Aluguéis	75	80	
Remuneração de capitais próprios	(5.712)	(3.825)	
Prejuízo líquido	(5.712)	(3.825)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015			
(Em milhares de reais - R\$)			
	1º Semestre 2016	1º Semestre 2015	
Receitas	10.337	64.587	
Intermediação financeira	12.768	67.997	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(348)	(913)	
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.383)	(2.497)	
Despesas de intermediação financeira	(12.626)	(57.937)	
Insumos adquiridos de terceiros	(2.285)	(2.808)	
Serviços de terceiros	(872)	(801)	
Comissões pagas a correspondentes bancários	(71)	(593)	
Outros	(1.242)	(1.414)	
Valor adicionado bruto	(4.874)	3.842	
Depreciações e amortizações	(2.443)	(7.565)	
Depreciação	(2.443)	(7.565)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(7.317)	(3.723)	
Valor adicionado recebido em transferência	-	(157)	
Resultado de equivalência patrimonial	-	(157)	
Valor adicionado total a distribuir	(7.317)	(3.880)	
Pessoal	1.574	1.649	
Remuneração direta	1.551	1.560	
Benefícios	16	70	
FGTS	7	19	
Impostos, taxas e contribuições	(3.254)	(1.784)	
Federal	(3.306)	(2.030)	
Municipal	52	246	
Remuneração de capitais de terceiros	75	80	
Aluguéis	75	80	
Remuneração de capitais próprios	(5.712)	(3.825)	
Prejuízo líquido	(5.712)	(3.825)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30			
--	--	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outras despesas operacionais:

	30/06/2016	30/06/2015
Constituição de provisões	2.939	1.326
Descontos concedidos	69	761
Outras	6	1.197
Total	3.014	3.104

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado da alienação de outros valores e bens	160	257
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	160	(39)
Total	(147)	218

19) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

Prazo	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Banco PAN				
Disponibilidades	Sem prazo	25	-	-
Outros créditos (a)	Sem prazo	173	-	-
Depósitos interfinanceiros (b)	01/11/2018	(65.713)	(58.300)	(3.871)
Outras obrigações (c)	Sem prazo	(21)	(14)	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.				
Outras obrigações (c)	Sem prazo	(79)	-	-

(a) Referem-se a valores a receber da empresa ligada;
(b) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI; e
(c) Referem-se a valores a pagar de empresas ligadas.

b) Remuneração dos Administradores:
Na reunião, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2016, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 2.520 (R\$ 2.940 em 2015).

20) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Grupo PAN possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das matrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Grupo PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA
O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13 nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Em 30/06/2016 o conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 13,96%.

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

• Risco de Mercado

A exposição de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As aplicações são expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo spot, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), a variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:
Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 30/06/2016

Fatores de risco	Exposições sujeitas à variação de:			Cenários		
	(1) Provável	(2) Possível	(3) Remoto			
Taxas de juros (Pré)	-	(52)	(101)			
Taxas de Juros Prefixadas	-	(52)	(101)			
Total em 30/06/2016	-	-	-			
Total em 30/06/2015	(1)	(420)	(814)			

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2016, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de ser tomadas, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser comercializadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente - José Luiz Acar Pedro* Conselheiros Leandro de Azambuja Micotti* Alex Sander Moreira Gonçalves*		Diretor Presidente - José Luiz Acar Pedro Diretores Carlos Eduardo Pereira Guimarães José Luiz Trevisan Ribeiro	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas3(d) e 5). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis."

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

• Risco de Liquidez
O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Grupo PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle de risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos gaps de liquidez são apresentados periodicamente no Comitê de Liquidez.

• Risco de Operacional
Referem-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/rfi Relatório de Gerenciamento de Riscos.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2016	30/06/2015
Restatulado antes do imposto de renda e contribuição social	(9.402)	(6.222)
Alíquota efetiva	45%	40%

Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)

	4.231	2.488
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	-	(63)
Outros valores	(641)	(28)
Recicla de imposto de renda e contribuição social do semestre	3.690	2.397

(1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019; e (2) Outros valores - Inclui também os efeitos da elevação da alíquota de CSLL para os créditos tributários sobre base negativa e ações tributárias que foram constituídas a 15%.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2015	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 30/06/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.001	226	(163)	1.158
Provisão para contingências cíveis	2.999	152	(115)	3.036
Provisão para contingências trabalhistas	1.370	593	(1.297)	666
Provisão para contingências tributárias	5.374	589	(521)	5.912
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	586	19	(117)	514
Outras provisões	32	45	(34)	17

Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	11.362	1.624	(1.683)	11.303
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (I)	98.937	3.749	(2.189)	102.686
Prejuízo fiscal sobre receita de superveniência (II)	82.135	-	(1.716)	79.946
Total dos créditos tributários (Nota 6)	192.434	5.373	(3.872)	193.935
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a)	(83.631)	-	2.189	(81.442)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	108.803	5.373	(1.683)	112.493

Os créditos decorrentes dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição são subdivididos em (I) Prejuízo Fiscal e Base Negativa da Contribuição Social relacionados às demais atividades da Companhia; e (II) Prejuízo Fiscal decorrente da exclusão da Receita de Superveniência de depreciação do Lucro Real.

c) Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:
A previsão de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/08/2016.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
2015	-	2.166	-	282	-	2.448
2016	2.083	6.166	2.830	2.345	4.913	8.511
2017	3.837	5.415	6.005	5.708	9.842	11.123
2018	741	4.750	10.425	6.478	11.166	11.228
2019	600	5.785	11.090	6.850	11.690	12.635
2020	637	5.289	11.079	6.689	11.716	11.978
2021	537	1.535	10.934	8.418	11.471	9.951
2022	2.569	1.166	10.843	9.484	13.412	10.650
2023	298	-	11.524	10.895	11.822	10.895
2024	-	-	11.614	14.895	11.614	14.895
2025	-	-	11.613	-	11.613	-
2026	-	-	4.729	-	4.729	-
Total	11.302	32.272	102.686	72.042	113.988	104.314

Em 30/06/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando-se a taxa média de captação, totalizava R\$ 53.959 (R\$ 49.983 em 30/06/2015).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CVM/BACEN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No semestre findo em 30/06/2016, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos;

b) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, que converte em lei a MP nº 656/2014, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº 9.430/96); e

Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, as alterações nas regras vigentes anteriormente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONTADOR	
Presidente - José Luiz Acar Pedro* Conselheiros Leandro de Azambuja Micotti* Alex Sander Moreira Gonçalves*		Gregório Moreira Franco CRC 1SP219426/O-2	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas3(d) e 5). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis."

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONTADOR	
Presidente - José Luiz Acar Pedro* Conselheiros Leandro de Azambuja Micotti* Alex Sander Moreira Gonçalves*		Gregório Moreira Franco CRC 1SP219426/O-2	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas3(d) e 5). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis."

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pan Arrendamento Mercantil S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONTADOR	
Presidente - José Luiz Acar Pedro* Conselheiros Leandro de Azambuja Micotti* Alex Sander Moreira Gonçalves*		Gregório Moreira Franco CRC 1SP219426/O-2	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Notas3(d) e 5). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis."